

## **Racismo sistêmico expresso nos conflitos urbanos cariocas**

**Breno Pimentel**

Observatório dos Conflitos Urbanos, ETTERN/IPPUR/UFRJ

O racismo, processo de desumanização que resulta em divisão social com obtenção de privilegiados mandos, punição violenta de territórios inteiros, submissão de maiorias, produção de desigualdades e controle assimétrico da produção social, é fenômeno captado pelos conflitos urbanos de forma direta ou indireta, muitas vezes identificado como motivação dos conflitos ao longo do recorte temporal coberto pela pesquisa.

Populações inteiras que ficam sem água para que a empresa sirva a um evento caro nas proximidades de uma favela, invasões violentas das polícias aos locais de moradia popular, precariedade dos sistemas de saúde pública, de transporte público, educação pública; distribuição desigual do lixo, repressão ao trabalho informal, balas perdidas, assassinatos frios, julgamentos injustos; condições desumanas impostas com mais severidade de acordo com o nível de melanina dos cidadãos. A equipe de pesquisa do Observatório vem estudando o fenômeno e identificando nos conflitos o racismo presente nas estruturas de Estado, mas também nas relações entre grupos sociais e identificando um caráter sistêmico do fenômeno nas relações sociais.

O processo ocorre em amplitude cada vez maior atingindo de formas múltiplas as populações impactadas pelas construções políticas/sociais promotoras do racismo. Observamos com frequência as metamorfoses operadas por esse fenômeno social que cria profundas capilaridades atingindo suas vítimas de forma individual e coletiva em várias dimensões.

O assassinato do congolês Moïse Mugenyi Kabagambe foi um dos casos mais notórios de expressão do racismo registrado pela equipe do Observatório de Conflitos Urbanos. O trabalhador de origem africana foi amarrado e espancado por cinco homens até a morte nas proximidades do quiosque onde trabalhava na Barra da Tijuca. Parentes, amigos e inúmeros movimentos sociais se manifestaram contra a morte de Moïse realizando um ato na Praia da Barra cobrando ações da justiça pela morte do congolês. As cenas de vídeo do crime revelaram a crueldade com que o congolês foi tratado quando foi ao quiosque cobrar pagamentos atrasados junto ao dono do estabelecimento.

Um primo da vítima, Yannick Iluanga Kamanda, afirmou ter visto as imagens e segundo ele, o congolês foi atingido com chutes e golpes com pedaços de madeira. O espancamento, que teria durado cerca de 15 minutos, continuou mesmo depois que a vítima ficou desacordada. A autópsia apontou que a causa mortis de Moïse foi traumatismo no tórax, e a família indicou que quando chegou ao Instituto Médico Legal, o corpo de Moïse estava sem órgãos, e não havia autorização legal nem do próprio, nem da família, para o processo de doação de órgãos.

No Jacarezinho ocorreu recentemente uma manifestação em homenagem aos mortos na chacina ocorrida no local em 2021, o ato foi realizado na data em que completava um ano da ação policial que deixou vinte e oito mortos. Um memorial com o nome das vítimas havia sido construído, porém, com a entrada no Jacarezinho do projeto de segurança pública “Cidade Integrada”, policiais derrubaram o memorial sob acusação de apologia ao tráfico de drogas.

Ao analisar estes e outros casos que envolviam traços do racismo sistêmico, foi possível identificar com recorrência contestações referentes à atuação das forças de segurança pública na cidade do Rio de Janeiro. O racismo institucional existente no Estado é fruto e reflexo da sociedade que continua reproduzindo práticas racistas nas relações sociais, de forma sistêmica. Tal situação é repetidamente contestada por manifestantes, sobretudo, aqueles(as) posicionados(as) na interseção de pessoas negras/pobres, que sofrem com enorme amplitude as práticas do racismo estrutural vigente.

Silvio Almeida, importante intelectual negro brasileiro e agora Ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, em suas entrevistas com certa frequência profere uma afirmação basilar para pensarmos a situação da população negra no mundo contemporâneo, nas palavras desse pensador: “o racismo é sempre estrutural”. Tal assertiva, revela a profundidade do problema racial, apontando para a articulação econômica, política, social e geográfica da sociedade em torno de uma hierarquização de pessoas e práticas a partir das características da pele, num processo similar a taxonomia adotada nas classificações de seres vivos realizadas por naturalistas.

O racismo caracteriza-se então por ser uma estrutura de poder que incide sobre as populações racializadas, marginalizadas, taxadas como inferiores dentro da sociedade e que vão sendo afetadas cotidianamente, do nascer ao crepúsculo da vida.

Pensar o racismo é perceber as violências que as pessoas racializadas sofrem de maneira direta ou indireta na sociedade. Elemento principal de produção de desigualdades, o racismo nasce como expressão de máxima violência, em que se objetiva a desumanização de alguns grupos de pessoas, questionando seu pertencimento à espécie humana, sua negação enquanto semelhante e, portanto, a normalização de seu tratamento de forma tão violenta quanto o dispensado aos animais.

Na obra *Crítica da Razão Negra* (2018) o filósofo camaronês Achille Mbembe afirma que na construção do sujeito racial a própria ideia de raça seria uma espécie de “jaula enorme”, verdadeira rede complexa de desdobramentos, incertezas e equívocos, tendo a raça como armação:

“Vista em profundidade, a raça é ademais um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, de perturbações do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes. (...) De resto, consiste naquilo que se consola odiando, manejando o terror, praticando o alterocídio, isto é, construindo o outro não como semelhante a si mesmo, mas como objeto propriamente ameaçador, do qual é preciso se proteger, desfazer, ou ao qual caberia simplesmente destruir, na impossibilidade de assegurar seu controle total.” (MBEMBE, 2018, p.27).

O poder sobre a vida do outro, desumanizado, violentado, assumiu a forma de comércio, em que o proprietário de outra vida, vida sob a forma de mercadoria, dispõe do seu destino, de seu corpo, de seu trabalho até o limite de sua existência. O racismo enquanto estrutura tem em sua gênese a mais aguda violência que se pode conceber, a propriedade privada de um ser sobre outro.

Sublinhando outro aspecto da definição de racismo estrutural, a pesquisadora portuguesa em psicanálise Grada Kilomba afirma em “*Memórias da Plantação - Episódios de Racismo Cotidiano*” (2019) que a desigualdade não é fenômeno que remete à diversidade ou à existência de pessoas diferentes, tampouco estaria relacionado aos sentimentos de inimizade, aversão ou simpatia, mas à desigualdade em termos de acesso ao poder:

O racismo é revelado em um nível estrutural, pois pessoas negras e People of Color estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes. Isso é chamado de racismo estrutural.” (KILOMBA, 2019, p.77).

Ainda que se pondere que exclusão é uma prática motivada pelo racismo, expresso no conceito de necropolítica proposto por Mbembe, em que uma política de mortes, de extermínio paulatino é nitidamente produzida pelo Estado na direção dos locais de moradia da população pobre e majoritariamente negra, há de se considerar que a participação negra em diferentes e diversas estruturas de poder e status na sociedade continua a se mostrar absolutamente residual em relação à ocupação branca de tais postos de autoridade na estrutura social.

O ambiente mortífero que sentimos na necropolítica tem sua gênese nos antigos territórios coloniais onde a violência era o elemento estruturador de poder na arquitetura colonial. O colonialismo foi o berço da modernidade que legou ao mundo a aceleração dos fluxos do capitalismo comercial e as bases do racismo moderno. Analisando as ‘plantations’ desenvolvidas no continente americano nos primórdios da dominação europeia, nos deparamos com a colonialidade do poder, uma relação de subjugo político dos territórios coloniais frente ao eurocentrismo. Essa dominação foi cimentada e estabeleceu hierarquias raciais que estruturaram as pessoas a partir das raças, culminando nas práticas racistas com a qual nos deparamos atualmente.

O racismo está nas profundezas, nas bases do capitalismo, atuando como um pilar que sustenta uma superestrutura onde se encontram a psique humana, a sociedade, a política, a economia e a segregação espacial.

Em seus estudos, Fanon observa o fenômeno do racismo na interseção de diferentes dinâmicas sociais que foram enraizadas nas sociedades estabelecidas a partir da influência eurocêntrica. A segregação espacial é a primeira dimensão a ser percebida, visto que, salta na paisagem, na cidade construída, a discrepância estrutural entre regiões mais valorizadas e as áreas periféricas onde habitam sobretudo, a população negra. Nessa dicotomia, a oposição das classes econômicas revela a concentração de riqueza e o maior esmero do Estado para com as áreas onde habitam a população branca/rica. Na cidade do

Rio de Janeiro há notáveis investimentos estruturais em locais mais ricos em detrimento dos locais mais pobres em diferentes níveis. Equipamentos urbanos como parques, teatros, cinemas, praças, jardins, museus e centros culturais se aglomeram não só no Centro da cidade, pois também são frequentes em bairros de maior concentração de renda.

Na situação inversa, presenciamos com frequência cotidiana nas favelas e periferias a ausência da mão esquerda do Estado nos termos de Bourdieu. São insuficientes as escolas e hospitais (tendo essas estruturas alto nível de precariedade), ausência de saneamento básico, iluminação precária, distribuição de água intermitente e prestação de serviços públicos escassos. Por outro lado, a estrutura governamental arremete contra os territórios populares, de maioria negra, os aparelhos repressivos de Estado. Assim tecidas ações que resultam na necropolítica.

Vale lembrar a assertiva de Fanon, “é o racista que cria o inferiorizado”. O racismo construiu um mundo maniqueísta onde o ser negro não possui humanidade, ele é animalizado, suas práticas são tidas como primitivas e seus simbolismos desprezados. “O indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ele/ela possa realmente ter” (KILOMBA, 2019, p.39). Enquanto violência psíquica, essa vertente do racismo caracteriza-se por não ser tão nítida, pois incide no subjetivo das pessoas cultivando dramas e neuroses, incertezas quanto à aceitação social em ambientes profissionais, universitários e até familiares. Drama sobre a dúvida a respeito da própria capacidade, amabilidade e aceitação, gerando neuroses de origem cultural advindas das relações sociais e não das características biológicas como afirmaram e afirmam diversos pesquisadores da psicologia.

Para Fanon, autores como Jung trabalham a partir de uma universalidade branca, o que não refina a análise e ofusca tensões próprias da sociabilidade negra. Na psicologia a questão negra remeteria ao entrelaçar de questões como a fobia, que se caracterizaria por um temor ansioso, em que se desenvolveria um afeto negativo, uma aversão de sua própria origem, que tem na própria família a construção através da experiência vivida dos membros mais velhos a criação de anteparos, de proposições de proteção ao ambiente social que levariam a uma neurose através do afeto negativo vivido inclusive em ambiente familiar. Diz ainda Fanon que o inconsciente coletivo de Jung remete às características genéticas confundindo instinto e hábito, onde o inconsciente coletivo seria

adquirido enquanto conjunto dominante de valores, traumas e práticas e o hábito caracterizado pelo relacional. Um negro absorveria o inconsciente coletivo europeu mas suas relações locais conformaram um hábito traumático, dramático e causador de neuroses.

A prática do racismo seria assim observada e desenvolvida por diferentes atores como cidadãos comuns, ambientes de trabalho, empresas, os meios de comunicação, personalidades influentes, representantes políticos e o próprio Estado.

Recentemente através das mídias digitais tivemos acesso a descargas de racismos praticadas no Brasil, casos de grande repercussão como do entregador de aplicativo Matheus Pires, insultado dentro de um condomínio de classe média enquanto realizava uma entrega, e também de Matheus Fernandes retirado de uma loja no shopping e imobilizado por policiais à paisana que tinham a certeza que o jovem estava roubando, quando na verdade foi à loja para trocar um relógio que havia comprado. Esses casos são exemplos da nitidez do racismo em nossa sociedade.

Mas os casos de situações conflituosas que surgem no tecido social reafirmam um drama que se apresenta de forma mais lenta e permanente nos casos de doenças adquiridas como a hipertensão arterial ou o diabetes que seriam muito mais frequentes na população negra, principalmente entre trabalhadores de baixa remuneração e alta intensidade de trabalho, precárias condições de moradia e transporte, pressão financeira para sua reprodução enquanto força de trabalho. Há pesquisas que comprovam que a incidência de tais doenças ocorre mais em razão de condições estruturais de vida que de uma predisposição genética.

Assim, a tese de doutorado da professora Fátima Machado (Fiocruz 2010) que estudou durante uma década as condições de trabalho nas escolas municipais do Rio de Janeiro e constatou que a ocupação de funções de menor remuneração e em que se impõem condições de trabalho mais intenso e em condições sub-humanas como é o caso das cozinheiras das escolas públicas (que trabalham em ambientes quentíssimos, sem o material necessário, carregando panelas enormes e quentes, cortando quantidade absurda de alimentos, preparando, servindo e lavando tudo e depois tomando transporte lotado com trânsito intenso durante horas para chegar a uma moradia geralmente precária, muitas vezes insegura e onde os serviços básicos inexistem) há enorme

concentração de casos desse tipo de doença gerando afastamentos e acometendo principalmente trabalhadoras e trabalhadores negros.

Os meios de comunicação apresentam sinais de que o inconsciente coletivo, uma vez que na definição de Fanon se traduziria nos valores culturais dominantes, é moldado e reproduzido com elementos nítidos de racismo, tanto pelo número escasso de pessoas negras em sua grade de programação ou pela retórica e simbologias racistas em propagandas.

No Racismo estrutural e sistêmico, toda a construção de valores sociais que consciente ou inconscientemente são expressos se conformam em políticas; tornam-se um efetivo mecanismo de dominação e exploração a partir da desumanização de negros e pobres; se evidencia na cidade construída com suas entradas de serviço, elevadores para funcionários; quartos de empregadas domésticas; se constituem enquanto hábitos sociais segregacionistas; se manifestam na expressão cultural da sociedade, desumanizando seres com intenção de controle e exploração, impactando parcela majoritária da população que passa a introjetar tais elementos e manifestar o tal temor ansioso produtor de neuroses e doenças, sociais e individuais.

**Equipe do Observatório de Conflitos Urbanos na  
cidade do Rio de Janeiro**

**Referências:**

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

DAVIS, Angela. Estarão as prisões obsoletas?. Rio de Janeiro: Difel, 2018.

FANON, Frantz. Pele negra máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.  
\_\_\_\_\_. Os condenados da Terra. Trad. Enilce Rocha e Lucy Magalhães, Juiz de Fora: UFJF, 2005.

INFOPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Junho 2016 Organização, Thandara Santos; Colaboração, Marlene Inês da Rosa ... [et al.]. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó.

MBEMBE, Achille. Políticas da inimizade. Lisboa: Antígona, 2017.  
\_\_\_\_\_. Crítica da razão negra. São Paulo: N-1 Edições, 2018.  
\_\_\_\_\_. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido do retrato do colonizador. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Kabengele Munanga, Petrópolis: Vozes, 1999.

OBSERVATÓRIO DE CONFLITOS URBANOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.  
Disponível em: <<http://www.observaconflitosrio.ippur.ufrj.br/site/>> acesso em 25 de julho de 2022.

MICHAUD, Yves. A violência. São Paulo: Ática, 1989.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.